

O CONTROLE DO JUDICIÁRIO

ELIANA CALMON ALVES*

Juíza do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Embora muito se discuta sobre o controle dos atos administrativos do Judiciário, registra a tradição brasileira com respaldo constitucional, inclusive na Carta de 88, uma perplexidade: trata-se da competência dos Tribunais para apreciar os seus próprios atos administrativos, quando impugnados por mandado de segurança.

Os órgãos do Poder Judiciário, enquanto agem como administradores, praticam atos de gestão.

Se o ato de gestão é praticado pelo juiz singular, quem se sentir por ele prejudicado pode usar do mandado de segurança, que será processado e julgado pelo Tribunal ao qual está vinculado o magistrado.

Entretanto, quando se trata de ato administrativo oriundo dos Tribunais, praticado pelo seu dirigente ou pelos órgãos de administração, o mandado de segurança que se queira impetrar será processado perante o próprio Tribunal.

Assim está previsto nos arts. 105, I, letra "b", 108, letra "c", e 125, § 1º, da Constituição Federal, bem como no art. 21 da Lei Complementar n. 35/79 (Loman) e nas Leis de Organização Judiciária dos Estados.

Esses julgamentos são praticamente de instância única, se concedida for a segurança, pois somente quando denegado o *writ* é que há possibilidade de reexame, por via recursal, pelo STJ (art. 105, II, "b", da CF).

A sistemática macula dois importantes princípios: da



* Ministra do Superior Tribunal de Justiça a partir de 30/6/1999.

ALVES, Eliana Calmon. O controle do judiciário. Revista AMB, v. 1, n. 3, p. 34-35, nov./dez. 1997.

imparcialidade e do juiz natural, os quais garantem a isenção objetiva do órgão julgador.

Ora, ninguém, por maior dignidade que possua, pode ser juiz de si mesmo e examinar, com isenção, seus próprios atos.

É certo que o recurso ordinário, quando denegada for a segurança, será examinado por Tribunal Superior. Entretanto, a competência recursal não se apresenta suficiente para fazer do mandado de segurança via constitucional rápida para coibir ato ilegal ou abusivo dos Tribunais.

Ademais, praticamente poda-se do jurisdicionado a possibilidade de obter uma tutela instantânea, via liminar.

Argumentam os adeptos da manutenção do *status quo* que aí se examina o administrador e, como tal, não há por que se misturar as funções. Ledo engano, eis que, na prática, conhecem-se casos em que o mandado de segurança sequer é processado e, quando processado, dificilmente há apreciação isenta de subjetividade.

É difícil, quase impossível, reconhecer o administrador, publicamente e no processo, o seu próprio erro ou excesso no seu agir.

A situação era contornada em razão dos insatisfeitos com o ato de administração dos Tribunais migrarem para a ação de conhecimento, antecedida de cautelar, quando o ato, sem efeito suspensivo, criava dano ou perigo de dano irreparável. Contudo, com a Lei nº 8.437, de 30/06/92, afluou-se o problema com bem mais intensidade.

A lei mencionada estabeleceu:

"Art. 1º, § 1º Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar nominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via do mandado de

segurança, à competência originária de Tribunal."

Temos, portanto, que o ato administrativo dos Tribunais, se ilegal ou abusivo, não pode sofrer reprovação instantânea por inexistir procedimento expedido que ponha um freio nos efeitos desse ato.

Vedada a medida cautelar e o exercício do poder geral de cautela ao Juízo de Primeiro Grau, tem-se, na hipótese, o estranho mecanismo de ficar o juiz só com a competência para o exame da ação ordinária, cuja solução final, mesmo que favorável ao autor, desembocará no Tribunal, por via do recurso apelatório, este de efeito suspensivo.

Mais uma vez, entendo, o julgamento do recurso sofrerá os efeitos do comprometimento dos seus integrantes.

A sistemática legal estabelecida tem deixado um saldo amargo para os Juízes Federais, chamados constantemente na revisão de atos administrativos dos Tribunais Regionais do Trabalho.

O quadro legislativo de outrora foi mantido pela "Constituição-Cidadã" e, como tal, tem decidido o Superior Tribunal de Justiça no sentido de manter a intangibilidade da lei.

Temos, por exemplo, o julgamento do Conflito de Competência nº 14.710/MA, em cuja demanda de origem postulou-se a anulação de ato administrativo do Plenário do Tribunal Regional do Trabalho, que decretou a demissão de servidor público do seu quadro.

O mesmo ocorreu no Conflito de Competência nº 7.434-7.

As decisões em referência são absolutamente legais, sob o ponto de vista da competência legal, mas sacrificam as regras dos arts. 134, 273 e 800 do Código Processo Civil. E, o que é pior, investem contra a cláusula pétrea do juiz natural.

Há, portanto, imperiosa necessidade de uma revisão constitucional, de simplicidade absoluta, mas de notável alcance sociojurídico. E, para tal, basta adotar-se como princípio a superioridade hierárquica do órgão julgador.

Assim, seria suficiente que o STJ ficasse com competência para julgar os mandados de segurança contra ato de ministro de Estado, dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça (alteração do art. 105, I, "b", da CF).

E, nessa mesma linha de raciocínio, ao Supremo tocaria a competência para julgar os mandados de segurança contra os atos dos Tribunais Superiores.

Conclusão

1. Os atos administrativos do Executivo e do Legislativo sofrem o direto controle do Judiciário, seja por tutela instantânea, seja pela tutela clássica do juízo de cognição - ação cautelar, mandado de segurança, tutela antecipada.

2. Os atos administrativos do Judiciário, diferentemente, quando emanados dos Tribunais, só sofrem reprovabilidade judicial via ação de conhecimento.

3. A sistemática fere de morte os princípios da Imparcialidade, da Compatibilidade e do Juiz Natural.

4. Dentre os projetos de reforma, não se tem notícia da correção de rumo de tão absurdo sistema.

5. Preconiza-se alteração mínima no art. 105, I, letra "b", da CF, o qual passaria a ter a seguinte redação:

"Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originalmente:

a) [...];

b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça."

E, da mesma forma, em simetria, sugere-se a alteração do art. 102, I, letra "d", afim de que toque ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originalmente:

"...d) o mandado de segurança contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara e do Senado Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal."